

### LOURES | FESTIVAL LOURES + JOVEM – 15 E 16 de SETEMBRO



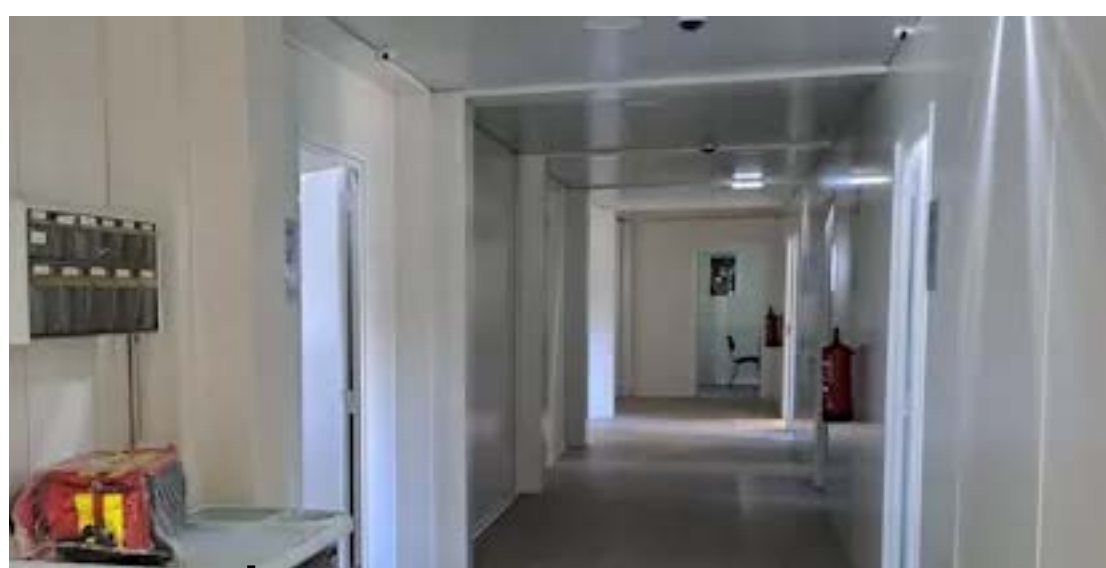
### Semana Académica de Lisboa no Parque TEJO-TRANCÃO dias 22, 23, 28, 29 e 30 de Setembro



### Inaugurado Percurso Ribeirinho - Uma importante infraestrutura de ligação V.F.Xira - Loures - Lisboa



### INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE DE SAÚDE DE SANTO ANTÃO DO TOJAL, ABRIRAM DIA 16 DE AGOSTO



### Festival de Circo - Parque da Cidade - Loures 8-10 Setembro



### FESTIVAL TRAFARIA BLUEGRASS 2023 | 8 A 10 DE SETEMBRO



## Índice

Loures – Uma Nova Cara em 2025	2
Impacto da Computação na Nuvem na Transição Digital das Organizações	3
FESTIVAL LOURES + JOVEM	4
Os valores e princípios da portugalidade estão a caminho da falência	5
Perguntas ao ChatGPT - Qual a importância de uma TV Regional?	6
Semana Académica de Lisboa no Parque TEJO-TRANÇÃO	7
MUSEU NACIONAL DA MÚSICA ABRE PORTAS EM 2025 NA ALA NORTE DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA	8
INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE DE SAÚDE DE STO ANTÃO DO TOJAL, ABRIRAM DIA 16/AGOSTO	9
A CULTURA	10/11
FESTIVAL TRAFARIA BLUEGRASS	12
Festival Internacional de Circo no Parque da Cidade	13
VÃO SER ABERTAS 2400 VAGAS PARA INTERNATO MÉDICO NO PRÓXIMO ANO	14
Orquestra Municipal Sintra apresenta Sinfonia N.º 5 Tchaikovsky	15
John Williams concerto	16
Novamente o Beatriz Ângelo	17
A poluição por glifosato ameaça as águas superficiais europeias	18
Guerreiros Não Fazem a Paz	19
HABITAÇÃO ... ter ou não ter, eis a questão	20
Aula Aberta de Canoagem	22
Inaugurado Percurso Ribeirinho de Loures	23

## Loures – Uma Nova Cara em 2025

### Em Loures, Ricardo Leão colocou a carne toda no assador!

Há muito que em Loures não se assistia a um conjunto de Obras no terreno que em 2024 atingirá o pleno de movimentações, com diversas empreitadas a arrancarem juntando-se às que, entretanto, já estarão prestes a finalizar.

Ainda esta semana foi inaugurado o Passadiço, cujas obras no sapal se estenderão pelo Outono/Inverno.

Obviamente que os fundos do PRR e o facto de alguns empréstimos, e são vários, não contarem para o rácio de endividamento do Município, vieram dar uma ajuda na febre do PS – “Sim Fazemos” mas, verdade seja dita, que, de Bucelas à Bobadela, o concelho de Loures vai passar pela maior transformação das últimas décadas em termos de estruturas a diversos níveis: quartéis para a GNR e alojamentos para a PSP, Centros de Saúde, Acessos a Auto Estrada, Novas Escolas, Parque Verde, Parque Tecnológico, a Variante Interna em Loures, a nova estrada para o Barro, o novo Estádio Municipal, etc, etc e, no topo do bolo, – O Metro, cujas obras arrancarão em 2024, não esquecendo as consequências da passagem das competências nas áreas da Saúde e Educação do Governo central para o Município de Loures.

Passámos dos tempos em que se vendiam sonhos em papel para a nova era das empreitadas e dos respetivos custos. Para os Cidadãos não é importante quem vai pagar, se é o governo nacional ou local, importante mesmo é a obra e a satisfação das necessidades do dia a dia.

A grande questão, somados todos os empréstimos que suportam as empreitadas, é conhecermos o serviço da dívida cujo valor será suportado durante muitos anos pelo Município e que o Presidente Ricardo Leão tem considerado de valores perfeitamente sustentáveis.

Que Loures vai ter uma nova cara em 2025 não temos qualquer dúvida.

A par das novas infraestruturas Municipais, ainda na última reunião de câmara de Loures em 6/Set/2023, Ricardo Leão, Presidente da CM Loures, voltou a falar dos Serviços Intermunicipais dos SIMAR e de uma decisão sobre o seu futuro, que reafirmou não passará pela privatização.

A GESLOURES, uma das empresas municipais, será tema de uma reunião de câmara extraordinária, proximamente e o mesmo se passará com o METRO relativamente ao qual Ricardo Leão prometeu uma reunião de câmara extraordinária em Outubro.

**António Guedes Tavares, diretor**

**Editorial**



## Impacto da Computação na Nuvem na Transição Digital das Organizações

Os serviços de nuvem pública oferecem aos utilizadores finais acesso a uma variedade de recursos compartilhados de computação e armazenamento de dados, um amplo conjunto de aplicações e flexibilidade no pagamento apenas por serviços usados, eliminando os custos inerentes à exploração de *datacenters* e respetiva infraestrutura tecnológica.

A computação na nuvem tem vindo a assumir uma relevância crescente no setor das Tecnologias de Informação (TI), em consequência de as empresas orientarem cada vez mais a sua atividade para uma economia que prioriza o digital. Na atualidade, a capacitação digital e correspondente dinâmica são paradigmas emergentes a envolver de forma permanente toda a sociedade e em particular a atividade das empresas do setor privado e das empresas e outros organismos públicos. É neste contexto que somos frequentemente confrontados com uma permanente necessidade de estar atento a novas funcionalidades que o digital nos pode proporcionar, visando a melhoria do nosso desempenho profissional e até da nossa qualidade de vida privada. Poderá dizer-se que, de uma forma transversal, a generalidade dos vários setores de atividade procura melhorar a sua eficiência e eficácia, visando uma competitividade crescente, através da utilização inteligente de dados, o que se vem tornando mais facilitado através da utilização de tecnologias digitais baseadas na nuvem.

Na contemporaneidade, para qualquer organização que tenha como estratégia priorizar o digital, a computação na nuvem será obrigatoriamente uma das variáveis a entrar na equação. À medida que as organizações procuram automatizar processos, proporcionar novas experiências aos seus clientes e lançar novos produtos e serviços, a computação na nuvem tem emergido como o principal acelerador da inovação.

Todavia, um dos grandes desafios com que as organizações se confrontam consubstancia-se no facto de possuírem sistemas de informação legados, em que a transição para uma abordagem de computação na nuvem exige trabalho de engenharia de software ou, eventualmente, a sua substituição. A dimensão desta intervenção depende de organização para organização e da estratégia que cada uma delas tem vindo a adotar nos últimos anos.

Para alguns sistemas de informação, a adoção do modelo de modernização *lift-and-shift* para uma máquina virtual na nuvem será provavelmente a forma mais conveniente e menos impactante de os migrar para uma filosofia de computação em nuvem.

No entanto, para uma grande parte dos sistemas

de informação existentes, alguns especialistas têm defendido que uma abordagem que oferece maiores benefícios a longo prazo passa por refatorar parte da própria aplicação. Para aplicações que são candidatas a alguma refatoração, pode-se adotar uma das diversas abordagens relativamente fáceis oferecidas por todas as nuvens públicas, usando um conjunto de serviços de nuvem básicos para ampliar o valor dessa aplicação. Neste contexto, tem sido observado um crescente interesse das organizações em usar serviços em nuvem que oferecem gestão de APIs, computação sem servidor e ações baseadas em eventos para substituir algumas funcionalidades dos sistemas de informação existentes. Alguns estudos que têm vindo a ser realizados permitem perspetivar que o uso desses ou de outros serviços em nuvem, para melhorar a funcionalidade e a eficiência das aplicações informáticas existentes, seja uma abordagem usada para 65% dos sistemas de informação existentes e que serão migrados para a nuvem pública até 2024.

Todavia, o panorama nacional é de alguma resistência ao inevitável processo de migração e modernização das infraestruturas intrínsecas aos sistemas de informação das organizações, embora se constate um conjunto de serviços básicos em nuvem crescente, que fornecem as ferramentas necessárias para separar partes de aplicações legadas e depois recriá-las usando ferramentas modernas e eficientes.

Num contexto de grande evolução tecnológica, com inevitável impacto no funcionamento das organizações, os resultados de inúmeros estudos que têm vindo a ser realizados evidenciam que a modernização dos sistemas de informação agrega valor ao negócio através do aumento da competitividade e da capacidade de superar os concorrentes.

Os serviços de nuvem pública oferecem aos utilizadores finais acesso a uma variedade de recursos compartilhados de computação e armazenamento de dados, um amplo conjunto de aplicações e flexibilidade no pagamento apenas por serviços usados, ao mesmo tempo que eliminam os custos inerentes à exploração de *datacenters* e respetiva infraestrutura tecnológica.

Todavia, preocupações com segurança e privacidade dos dados, conformidade com

requisitos regulamentares, desempenho inadequado para uma realidade específica e custos de serviço que excedem as expectativas do utilizador final têm vindo a inibir algumas empresas a iniciar um processo de mudança que, inevitavelmente, terá de ocorrer mais tarde ou mais cedo. Este grupo inclui empresas que procuram oferecer software como um serviço, através de um modelo B2B ou B2C e aquelas cujo modelo de negócio tem subjacente um modelo de infraestrutura como serviço de arrendamento partilhado com requisitos de resposta a desafios de segurança e escalabilidade.

Por fim, as estratégias emergentes de infraestrutura digital adotadas por muitas empresas procuram implementar sistemas autónomos e integrados num ambiente nativo de nuvem visando otimizar custos, desempenho, segurança, conformidade e resiliência da infraestrutura digital.

A necessidade de conferir resiliência aos negócios e acelerar a transformação digital irá impor às empresas a necessidade de automatizar e controlar a operacionalidade dos seus processos de negócio, usando arquiteturas nativas na nuvem, combinadas com políticas de preços orientadas ao consumo e que assegurem a escalabilidade da infraestrutura em função das necessidades impostas pela dinâmica da sua organização. Inevitavelmente, as organizações irão efetuar uma avaliação comparativa dos benefícios de usar soluções proporcionadas pelos principais fornecedores de serviços de nuvem pública, em contraste com soluções tradicionais de *software* e *hardware*.

A crescente disponibilidade de ofertas de serviços fornecidos por soluções de computação na nuvem tem induzido o aumento do interesse da comunidade de utilizadores finais por este tipo de soluções. Os compradores de tecnologias de informação estão a ficar mais focados nos resultados, à medida que serviços e soluções de nuvem transferem grande parte das tarefas de atualização tecnológica e gestão do ciclo de vida da infraestrutura para os provedores de serviços.

**João Calado**  
**(Professor Coordenador Principal do ISEL)**

## LOURES | FESTIVAL LOURES + JOVEM – 15 E 16 DE SETEMBRO | SACAVÉM

**Câmara Municipal de Loures vai organizar, nos dias 15 e 16 de setembro, em Sacavém, o Festival Loures + Jovem.**

Para assinalar o início do ano letivo, a Câmara Municipal de Loures vai organizar, nos dias 15 e 16 de setembro, em Sacavém, o Festival Loures + Jovem.

Os artistas convidados serão Djodje, no dia 15, e no dia 16 os Wet Bed Gang, com abertura dos

SBQ – Grupo Afrodance e Kuduro.

Os espetáculos têm início às 22 horas, com entrada gratuita, e realizam-se na Rua Mina de São Domingos.



## Os valores e princípios da portugalidade estão a caminho da falência

**A contratação massiva de médicos na América Latina, sem avaliação das suas competências profissionais, bem como o início do debate, promovido a mando da elite socialista, sobre a incorporação nas Forças Armadas de estrangeiros, imigrantes, é um claro indício de que o Estado português, pela mão de António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, caminha para a falência de valores e princípios que deveriam nortear uma das nações mais antigas da Europa.**

Após a "silly season" os portugueses comuns, cuja vida assenta no trabalho que fazem ou fizeram, estão de novo confrontados com a dura realidade existente no nosso país, em que o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, ao invés de resolverem os graves problemas que nos afetam, andam entretidos com as habituais e lamentáveis guerrinhas de alecrim e manjerona, que só servem para alimentar os respetivos egos, sem acautelarem os prejuízos que daí advêm para Portugal, que estoicamente, graças ao seu povo, vai aguentando todos os desmandos das elites dos velhos partidos políticos do sistema.

Nos governos de António Costa, nomeadamente, as áreas da saúde, da educação, da defesa e da segurança, têm vindo a degradar-se de forma muito significativa, com acentuada falta de investimentos em infraestruturas e equipamentos, ao que acresce uma anacrónica gestão de recursos humanos, nas carreiras profissionais, nas políticas retributivas, na gestão e retenção de talentos, o que tem como consequência que a outrora almejada carreira no funcionalismo público, tenha cada vez menos candidatos quando se abrem concursos para as mais diversas áreas e categorias profissionais, o que, obviamente, não se aplica aos lugares dourados de carreirismo político, dependentes de nomeação e de cartão partidário.

Atualmente não é só a falta de atratividade para motivar profissionais, desde os mais novos aos mais velhos, a ingressarem em carreiras públicas, é também a incapacidade que o Estado português tem vindo a demonstrar em reter ao seu serviço, nomeadamente, técnicos superiores, médicos, enfermeiros, polícias e militares, especialmente os mais qualificados.

Já há demasiado tempo que um número elevado de médicos e enfermeiros diferenciados estão a trocar o setor público pelo setor privado, onde encontram melhores condições retributivas e de formação, ou então são obrigados a emigrar para manterem o nível de vida que desejam.

Recentemente também foram tornadas públicas notícias que davam conta de militares qualificados, oficiais e sargentos, especialmente da Força Aérea, que estavam a sair das fileiras para ingressarem em empresas privadas no estrangeiro que facilmente lhes duplicam ou triplicam os atuais salários.

Também há notícia de organismos públicos com dificuldade em recrutar assistentes operacionais face aos baixos salários praticados, considerando as exigências requeridas para as respetivas funções.

O Governo de António Costa com a complacência, por omissão, de Marcelo Rebelo de Sousa, face à incapacidade de inverter a atual e continuada degradação dos serviços públicos prestados pelo Estado português, anuncia o recrutamento massivo, de 200 a 300 médicos da América Latina, com reconhecimento automático e administrativo das respetivas especialidades, ou seja, com dispensa de comparação perante júris, portugueses, credenciados para validar as respetivas competências, o que até já foi contestado pela Ordem dos Médicos.

A Ordem dos Médicos ao opor-se ao reconhecimento automático e administrativo das especialidades dos médicos a contratar na América Latina, está, sem dúvida, a prestar um serviço público aos portugueses que venham a necessitar de cuidados no setor público. Percebe-se, assim, a sanha que o Governo de António Costa tem para com as ordens profissionais, nomeadamente, a dos médicos.

Recentemente e de forma não inocente foi lançado o debate das Forças Armadas Portuguesas serem reforçadas por estrangeiros, imigrantes, o que já roça uma total leviandade e desrespeito por uma das mais importantes instituições de defesa da soberania do Estado português, garante da sua independência e da integridade do seu território pátrio.

Veremos proximamente até onde a classe política dominante da III República, onde imperam os socialistas, está disposta a subverter os princípios da portugalidade de quase novecentos anos, não sendo de estranhar que um destes dias, em sede de revisão constitucional, surja uma proposta de alteração do n.º 2, do artigo 275.º, da Constituição da República Portuguesa, que tem atualmente a redação seguinte: "As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses ...".

Claro está que o Governo socialista pode sempre recorrer a expedientes legais e na arrogância da sua maioria absoluta, alterar, outra vez, a lei da nacionalidade, de forma a facilitar, ainda mais, a obtenção da cidadania portuguesa por parte de imigrantes, muitos deles sem falarem português e sem conhecimento da História de Portugal e com práticas e crenças muito distantes da matriz cultural judaico-cristã.

O Governo socialista de António Costa, ao invés de estar a testar as reações da opinião pública à incorporação de estrangeiros, imigrantes, nas Forças Armadas Portuguesas, deveria, isso sim, preparar as condições para o regresso do serviço militar obrigatório, com salário justo e adequado, o que se justifica perfeitamente em tempos de guerra e de grande incerteza em território europeu.

A contratação massiva de médicos na América Latina, sem avaliação das suas competências profissionais, bem como o início do debate, promovido a mando da elite socialista, sobre a incorporação nas Forças Armadas de estrangeiros, imigrantes, é um claro indício de que o Estado português, pela mão de António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, caminha para a falência de valores e princípios que deveriam nortear uma das nações mais antigas da Europa.

Até quando o povo português tolerará este estado de coisas.

**Fernando Pedrosa**

**Deputado Municipal do CHEGA na AMO**



## Perguntas ao ChatGPT - Qual a Importância de uma TV Regional?

*Uma TV regional desempenha um papel significativo em várias áreas importantes. Aqui estão algumas das principais razões pelas quais as TVs regionais são importantes:*

**Representação Local:** As TVs regionais são fundamentais para representar a cultura, as tradições, os eventos e os problemas locais. Elas fornecem uma plataforma para as comunidades locais se verem e serem ouvidas, promovendo uma sensação de identidade e pertencimento.

**Notícias Locais:** As TVs regionais são fontes importantes de notícias locais. Elas cobrem eventos, questões e desenvolvimentos que afetam diretamente as pessoas em uma determinada região, garantindo que os cidadãos estejam bem informados sobre o que está acontecendo em sua comunidade.

**Promoção Cultural:** As TVs regionais muitas vezes destacam a cultura local, incluindo música, dança, culinária e eventos culturais. Isso ajuda a preservar e promover a herança cultural de uma área.

**Educação e Informação:** As TVs regionais podem desempenhar um papel educacional ao apresentar programas que abordam questões locais, como saúde, educação, meio ambiente e serviços públicos. Isso pode contribuir para a conscientização e a educação da comunidade.

**Economia Local:** As TVs regionais também desempenham um papel na economia local, fornecendo oportunidades de emprego para jornalistas, produtores, técnicos e outros profissionais dos media. Além disso, elas podem promover negócios locais por meio de publicidade.

**Acompanhamento Político:** As TVs regionais podem acompanhar e relatar as atividades do governo local, garantindo que os cidadãos estejam cientes das decisões políticas que afetam sua região. Isso promove a transparência e a responsabilidade.

**Cobertura de Emergências:** Em situações de emergência, como desastres naturais ou crises locais, as TVs regionais desempenham um papel vital na disseminação de informações críticas e instruções de segurança para a população local.

**Criação de Comunidade:** As TVs regionais muitas vezes servem como um ponto focal para a comunidade, unindo as pessoas em torno de eventos, discussões e atividades locais. Elas podem promover um senso de comunidade e coesão social.

**Diversidade de Conteúdo:** Uma TV regional pode oferecer uma variedade de conteúdo que atenda às preferências e interesses da comunidade local, indo além do que é normalmente oferecido por redes de televisão nacionais.

*Em resumo, a importância de uma TV regional está enraizada na sua capacidade de informar, educar, representar e unir as comunidades locais, ao mesmo tempo em que desempenha um papel na promoção da cultura local e na prestação de serviços essenciais. Elas são uma parte vital do panorama mediático, complementando as redes de televisão nacionais e globais ao se concentrarem nas necessidades e interesses específicos de uma região.*

## Semana Académica de Lisboa no Parque TEJO-TRANCÃO dias 22, 23, 28, 29 e 30 de Setembro

O evento, apresentado, no dia 10 de agosto, em conferência de imprensa, no Museu de Cerâmica de Sacavém, vai ocupar apenas o terreno de Loures, um espaço junto ao rio, com cerca de 20 hectares, que ainda terá de ser "compactado e terraplanado para garantir a dignidade e segurança necessárias para este evento", referiu o presidente da Câmara de Loures.

"Trata-se de um espaço muito interessante, bem servido de transportes públicos, principalmente pelo comboio", acrescentou Ricardo Leão, adiantando, ainda, que os terrenos da Infraestruturas de Portugal, onde estavam os contentores, "irão servir de estacionamento para os visitantes deste evento".

O presidente da Câmara garantiu que o Município está "recetivo" para receber ali outro tipo de eventos, sublinhando, no entanto, que a Associação Académica de Lisboa, "terá sempre

prioridade na sua utilização".

Importa sublinhar que o altar palco construído para a JMJ não será usado para este evento, até porque está localizado nos terrenos de Lisboa.

Na conferência de imprensa participou também o presidente da Associação Académica de Lisboa, que apresentou o cartaz do evento que se realiza nos dias 22, 23, 28, 29 e 30 de setembro. Diogo Henriques fala numa semana académica que se vai tornar "num dos melhores festivais de verão".

Vão passar pela Semana Académica de Lisboa MC Kevinho, MC Kekel, Kamala, Bispo, Yasmine Papillon, Kevin O Chris, Quim Barreiros, Toy, La Cuarta Cuerda e Karetus, MC Livinho, Calema, Pegadinha, Kura, D.A.M.A., Hybrid Theory e Irma, entre outros.



## MUSEU NACIONAL DA MÚSICA ABRE PORTAS EM 2025 NA ALA NORTE DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA

O espólio do Museu da Música vai para o Palácio Nacional de Mafra, que já iniciou as obras de requalificação, financiadas pelo PRR

Já começaram as obras no Palácio Nacional de Mafra para receber o Museu Nacional da Música, que deverá abrir portas em 2025 na ala norte do edifício.

Com uma história atribulada, a coleção do Museu da Música já passou pelo Conservatório, pela Biblioteca Nacional, em exposição ou simplesmente encaixotada, e está instalada desde 1994 na estação de Metro do Alto dos Moinhos, em Lisboa. Com um acervo de mais de 1700 instrumentos musicais, do

século XVI a XX, a que se junta outro espólio, como partituras ou fonogramas, atualmente o museu tem apenas uma pequena parte do seu acervo em exposição.

Uma realidade que vai mudar na nova casa no Palácio Nacional de Mafra, onde ficarão expostos cerca de meio milhar de instrumentos, entre eles as peças mais raras e valiosas da coleção, caso do cravo Taskin, construído em 1782 a pedido do rei D. Luís XVI de França, do violoncelo Stradivarius que pertenceu ao rei D. Luís ou do piano que foi usado por Franz Liszt quando passou por Portugal em digressão, em 1845, e que o compositor e pianista doou à Coroa portuguesa. Mas também vários instrumentos de

manufatura portuguesa – como o cravo Antunes, de 1758, classificado como tesouro nacional -, peças centrais de uma extensa coleção que reúne instrumentos de tradição erudita e popular, não só europeus, mas também da Ásia, África ou América.

No Palácio Nacional de Mafra está a ser requalificada uma área total de 7500 m2 para receber o Museu, que passará a ter um espaço expositivo de quase 2000 m2, num investimento de 5,5 milhões de euros, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.



## INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE DE SAÚDE DE SANTO ANTÃO DO TOJAL, ABRIRAM QUARTA-FEIRA, DIA 16/AGOSTO

As instalações provisórias da Unidade de Saúde de Santo Antão do Tojal, localizadas na rua 25 de Abril, entram em funcionamento na próxima quarta-feira, dia 16.

Desta forma, assegura-se a resposta aos cuidados de saúde primários, promovendo, no imediato, a melhoria das condições para os utentes e profissionais que ali trabalham, e terminando com a indignidade do espaço antigo.

A infraestrutura de monoblocos, que representa um investimento municipal de cerca de 600 mil euros, vai manter-se até à construção do novo edifício que deverá ter início em dezembro, com uma duração máxima de 12 meses.



## A CULTURA

### Exposição Padrões sentidos de Maria Keil

**Agrupamento de Escolas Maria Keil  
e Escola Básica de Bucelas**

17 de junho > 24 de setembro de 2023

**Galeria Municipal Vieira da Silva**



No âmbito da homenagem a Maria Keil, os trabalhos realizados pelos alunos estarão patentes ao público na Galeria Municipal Vieira da Silva, no Parque da Cidade, em Loures, de 17 de junho a 24 de setembro, data em que se iniciará um programa itinerante pelas escolas do concelho.

Os trabalhos realizados pelos alunos do Agrupamento de Escolas Maria Keil (Apelação) e da Escola Básica de Bucelas, assim como de alunos com necessidades de saúde especiais, estarão patentes na exposição "Padrões sentidos de Maria Keil", que tem como objetivo agradecer e promover o legado da obra de Maria Keil.

A exposição estará patente na Galeria Municipal Vieira da Silva, no Parque da Cidade, em Loures, até ao dia 24 de setembro de 2023, e poderá ser visitada de terça-feira a domingo, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas. Encerra às segundas-feiras e feriados.

Maria Keil (9 de agosto de 1914 - 10 junho de 2012) é uma referência obrigatória quando se fala da história do grafismo e da ilustração em Portugal.

Foi pintora, ilustradora, decoradora, designer, ceramista, cenógrafa, figurinista e autora de algumas das mais importantes composições de azulejos produzidas em Portugal durante o

século XX.

Casada com o arquiteto Francisco Keil do Amaral, passou pela sua mão parte importante da decoração do Pavilhão Português da Exposição Internacional de Paris, em 1937. Mais tarde foi também autora dos painéis de azulejos que decoraram as primeiras estações de metro de Lisboa.

### Oficinoteca

OFICINAS LÚDICO-ARTÍSTICAS GRATUITAS

setembro

outubro

novembro 2023

**Bibliotecas Municipais de Loures**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(Número limitado de participantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO | LOURES

211 151 262 | bmjs@cm-loures.pt



As bibliotecas municipais de Loures vão receber várias oficinas lúdico-artísticas, que terão lugar nos meses de setembro, outubro e novembro.

De participação gratuita, estas oficinas têm como objetivo promover a experimentação e a criatividade das crianças e dos jovens, proporcionando o acesso a um conjunto diversificado de ateliês temáticos.

As inscrições (com número limitado de participantes) poderão ser efetuadas presencialmente nas bibliotecas, ou através de correio eletrónico, mediante ficha de inscrição devidamente preenchida e facultada pelo serviço.

Biblioteca Municipal José Saramago | Loures  
211 151 262 | bmjs@cm-loures.pt

Biblioteca Municipal Ary dos Santos | Sacavém  
211 150 665 | bmas@cm-loures.pt

## A CULTURA

A Câmara Municipal de Loures convida a participar na inauguração da exposição de artes plásticas "Tanto mar... tanto mar.", que terá lugar no dia 1 de junho, na Biblioteca Municipal Ary dos Santos, em Sacavém.

Trata-se de uma exposição que pretende homenagear o poeta, escritor, compositor e cantor Chico Buarque, vencedor do Prémio Camões 2019.

Tanto mar... tanto mar. resulta de uma parceria com o Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, com os alunos do Curso Técnico de Design de Comunicação Gráfica e da disciplina de Introdução às Técnicas Teatrais, da Escola Secundária de Sacavém.

A inauguração da exposição, no dia 1 de junho, a partir das 15h30, contará, ainda, com uma performance pelos alunos do grupo de teatro da escola, intitulada "Tantas palavras".

Patente até dia 30 de setembro, a exposição poderá ser visitada de terça-feira a sábado, das 10 às 18 horas.



**Tanto mar... tanto mar.**  
Homenagem a Chico Buarque

1 JUN » 30 SET | 15:30

**Biblioteca Municipal Ary dos Santos, Sacavém**

**A CULTURA NO CENTRO**



EXPOSIÇÃO COLETIVA DE PINTURA E JOALHARIA

**ANA RITA ROBALO  
INÊS SERPENTE > LILITE MARTINS**

**TRANSVERSALIDADE A TRÊS**

17 junho > 30 setembro 2023

**GALERIA MUNICIPAL DO CASTELO DE PIRESCOUXE**

### "Transversalidade a Três"

"Transversalidade a Três" é o nome da exposição coletiva de pintura e joalheria que inaugurou no dia 17 de junho, às 17 horas, na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, em Santa Iria de Azóia.

Para Ana Rita Robalo, esta exposição tem como temática o fenómeno da perda de identidade entre os "Filhos de Terceira Cultura" e todas as implicações que conduzem ao mal-estar psicológico desta nova geração.

Na obra que apresenta, Inês Serpente explora as possíveis relações entre o graffiti e a pintura contemporânea.

Nesta exposição a artista Lilite Martins apresenta obras em duas áreas distintas, pintura e joalheria. A sua principal inspiração é sempre o corpo e a sua perceção.

A exposição estará patente até ao dia 30 de setembro de 2023, na Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, em Santa Iria de Azóia, e poderá ser visitada de terça-feira a sábado, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas. Encerra aos domingos, segundas-feiras e feriados.

## FESTIVAL TRAFARIA BLUEGRASS 2023 | 8 A 10 DE SETEMBRO

De 8 a 10 de setembro, as ruas da vila da Trafaria recebem a 2ª edição do Trafaria Bluegrass, o único festival internacional deste género de música em Portugal.

O festival, de entrada gratuita e para todas as idades, pretende dar a conhecer o estilo Bluegrass, um género de música popular e tradicional norte-americana, com raízes nas montanhas dos Apalaches.

Fazem parte do cartaz deste ano Chris Luquette East Coast Bluegrass Band (EUA), Milkeaters (Chéquia), The Long John Brothers (Suíça), Mad Meadows (Alemanha), Long Way Home Duo (EUA/Países Baixos) e Stonebones & Bad Spaghetti (Portugal).

Ao longo destes três dias, para além dos concertos em diversos palcos, há um conjunto de atividades a decorrer em paralelo, como masterclasses, oficinas de música promovidas pelos artistas convidados – abertas a to-

dos os interessados com o objetivo de facilitar a troca de conhecimentos num ambiente mais privado, com a possibilidade de conhecer e tocar com os mesmos -, momentos musicais espontâneos na rua com músicos locais e artistas convidados, passeios, visitas guiadas à Trafaria, animações de rua e gastronomia local.

A organização do evento tem a colaboração da associação Recreios Desportivos da Trafaria – Casino da Trafaria e do artista André Dal, bem como o apoio da Câmara Municipal de Almada, da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, e de outras entidades locais e internacionais que colocam, pela segunda vez, a Trafaria no mapa internacional do Bluegrass.

Fonte: CM Almada

**TRAFARIA BLUEGRASS**  
ONDE O TEJO SE FAZ AO MAR

ENTRADA LIVRE  
8 · 9 · 10  
SETEMBRO  
TRAFARIA  
2 · 0 · 2 · 3

CHRIS LUQUETTE EAST <sup>EUA</sup>  
COAST BLUEGRASS BAND

MILKEATERS  
<sup>CHÉQUIA</sup>

THE LONG JOHN BROTHERS <sup>SUÍÇA</sup>

MAD MEADOWS  
<sup>ALEMANHA</sup>

LONG WAY HOME DUO  
<sup>EUA/PAÍSES BAIXOS</sup>

STONEBONES & BAD SPAGHETTI  
+ CHRIS SMITH  
<sup>PT/EUA</sup>

## 8-10 Setembro - Festival Internacional de Circo no Parque da Cidade | Entrada Livre

De 8 a 10 de setembro, o circo invade o Parque da Cidade, em Loures, com espetáculos e workshops relacionados com as artes circenses.

De entrada livre, esta será a 1.ª edição do Festival Internacional de Circo, que vai oferecer ao público de Loures a oportunidade de ver o que se faz em artes circenses no país e internacionalmente, com espetáculos das diferentes companhias participantes e pequenas atuações.

Vão ser três dias de muitas acrobacias e palhaçadas, com performances e workshops que balançam entre o teatro e o circo, num festival organizado pelo Gato Ruim – Teatro Circo, que conta com o apoio da Câmara Municipal de Loures.

“Laisse Moi”, da companhia francesa Collectif Primavez; “Improlocura”, do italiano Agro the Clown; “Into the Fire”, do espanhol Miguel Ru-

bio; “NoMo”, do artista português Tiago Fonseca; e “Recuerdo”, apresentado por Gato Ruim, são alguns dos espetáculos a não perder neste festival, ao qual se juntam outras performances, incluindo um workshop de artes circenses, aberto a todos os interessados em acrobacias aéreas. O recinto conta ainda com uma zona de alimentação, que será animada por várias atuações de rua.

**Pantomima**  
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CIRCO

LOURES2023  
8-10 SET  
PARQUE DA CIDADE  
ENTRADA LIVRE

PRODUÇÃO:  
GATO RUIM  
TEATRO CIRCO

ENTRADA FINANCIADORA:  
LOURES

APOIO:  
LOURES

PARCERIAS:  
Sensation

## VÃO SER ABERTAS 2400 VAGAS PARA INTERNATO MÉDICO NO PRÓXIMO ANO

Formação geral, com a duração de um ano, começará em janeiro de 2024 nos hospitais e centros de saúde de todo o país

Está fixado o número de vagas para o ingresso na formação geral do internato médico em 2024: no total, poderão ser preenchidos até 2400 lugares. A informação consta de um Despacho conjunto dos gabinetes do Ministro das Finanças, do Secretário de Estado da Administração Pública e do Secretário de Estado da Saúde, publicado esta quinta-feira, dia 31 de agosto, em Diário da República.

Com a fixação destas vagas, o Governo reforça a posição do Serviço Nacional de Saúde enquanto

elemento central e estruturante da formação médica em Portugal. Esta é uma forma de garantir que o SNS conta com o número de médicos adequado para responder com qualidade e em proximidade às pessoas, respondendo assim às necessidades presentes e futuras do sistema público de saúde.

O ingresso nas vagas agora anunciadas faz-se através de um procedimento concursal único, a ser aberto pela Administração Central do Sistema de Saúde. Os médicos começam a formação geral em janeiro de 2024 nos hospitais e centros de saúde de todo o país.

O internato médico corresponde a um processo

da formação médica, teórica e prática, e que se desenvolve em duas fases distintas. A primeira fase, a que reporta o Despacho agora publicado, diz respeito à formação geral, com a duração de um ano, e visa habilitar o médico ao exercício autónomo da medicina. Segue-se a formação especializada, com duração superior e variável, entre quatro a seis anos, que tem como objetivo habilitar o médico ao exercício tecnicamente diferenciado numa determinada área de especialização, com a aquisição do correspondente grau de especialista.

Fonte: Portal do XXIII Governo Constitucional



## Orquestra Municipal de Sintra apresenta Sinfonia N.º 5 de Tchaikovsky

O Centro Cultural Olga Cadaval será palco para a interpretação da Sinfonia N.º 5, do compositor Tchaikovsky, executada pela Orquestra Municipal de Sintra, no dia 10 de setembro, às 16h00, com entrada gratuita.

Sob a direção artística de Cesário Costa, este espetáculo irá apresentar ao público uma das obras de maior dimensão de Tchaikovsky, estreada em 1888, e uma das sinfonias

de referência do romantismo. Apesar de Tchaikovsky ser mais conhecido pelos seus bailados, as sinfonias continuam a ser uma parte fundamental da sua obra.

A Orquestra Municipal de Sintra - D. Fernando II é um projeto único a nível nacional que pretende permitir a fruição da grande música clássica em todo o território do Concelho de Sintra.

A entrada para o concerto é gratuita, mas limitada à lotação disponível, num máximo de 2 bilhetes por pessoa.

A reserva é feita exclusivamente online mediante envio de e-mail ([bilheteira.ccoc@cm-sintra.pt](mailto:bilheteira.ccoc@cm-sintra.pt)) e o bilhete eletrónico será enviado para o mesmo endereço.

**MÚSICA**

**SINFONIA N.º 5 DE TCHAIKOVSKY**

ORQUESTRA MUNICIPAL DE SINTRA - D. FERNANDO II  
DIREÇÃO: CESÁRIO COSTA

**10 SETEMBRO. 16H00**  
CENTRO CULTURAL OLGA CADAVAL  
AUDITÓRIO JORGE SAMPAIO

**SINTRA** | Um lugar que é nosso.



## John Williams em concerto Vale do Silêncio

09 set 2023 - SÁBADO, 21:30

Local

Parque Vale do Silêncio

Av. Cidade de Lourenço Marques, Olivais

Este concerto será transmitido online e na

RTP a partir das 22:00.

Preço - Entrada Livre

Orquestra Gulbenkian

José Eduardo Gomes Maestro

Francisco Lima Santos Violino

Cláudia Semedo Comentário

John Williams

As Aventuras de Tintin: "The Duel"

E.T. – O Extraterrestre: "Adventures on Earth"

Jurassic Park: Tema principal

Harry Potter e a Pedra Filosofal: "Hedwig's

Flight" – "Nimbus 2000" – "Harry's Wondrous

World"

A Lista de Schindler: Tema principal – "Remem-

brances"

Memórias de uma Gueixa: "Sayuri's Theme"

Super-Homem: "Superman March"

Indiana Jones e os Salteadores da Arca Perdida:

"Raiders March"

Star Wars: "Princess Leia's Theme" – "The Impe-

rial March" – Tema Principal

As primeiras notas da nova temporada Gulbenkian Música soarão no magnífico cenário do Vale do Silêncio e serão tocadas pela Orquestra Gulbenkian. Neste momento de abertura e de partilha, em associação com o festival "Festas na Rua", o programa é composto por temas do famoso compositor de música para cinema, vencedor de cinco Oscars, John Williams. A grandiosidade orquestral associada ao cinema ganhará vida em temas que fazem parte das bandas sonoras de filmes como E.T. – O Extraterrestre, Jurassic Park, Harry Potter, A Lista de Schindler ou Star Wars.



## Novamente o Beatriz Ângelo

**Os bombeiros de Camarate ter-se-ão oferecido para levar o idoso até ao Hospital de Santa Maria, mas o Hospital Beatriz Ângelo terá recusado porque o transporte tinha de ser feito pela entidade que presta serviços à unidade hospitalar**

O Hospital Beatriz Ângelo continua a ser notícia pelas piores razões. O facto é que desde que passou de gestão Público Privada (PPP), a 18 de janeiro de 2022, para gestão estatal (EPE), o atendimento aos doentes e os tempos médicos de espera garantidos (TMEG) para consultas de especialidade, exames e meios complementares de diagnóstico, tornaram-se um verdadeiro inferno para os lourenses e para os utentes de Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço (áreas de influência do HBA).

As urgências pediátricas passaram a estar fechadas à noite e aos fins de semana, e segundo a presidente do conselho de administração este facto em nada afeta o funcionamento do hospital porque por turno eram habitualmente atendidas 20 crianças ... para mim nem que fosse uma, mas talvez seja só eu que penso assim.

A meio de agosto, mês em que muitos estão de férias e a incidência de patologia habitualmente diminui, um homem de 93 anos morreu no Hospital Beatriz Ângelo enquanto aguardava a transferência para o Hospital de Santa Maria, devido a uma fratura no colo do fémur. Deveria ter sido transferido, mas acabou por morrer na maca da ambulância dos Bombeiros de Camarate que o levaram até ao hospital de Loures. Os bombeiros de Camarate ter-se-ão oferecido para levar o idoso até ao Hospital de Santa Maria, mas o Hospital Beatriz Ângelo terá recusado porque o transporte tinha de ser feito pela entidade que presta serviços à unidade hospitalar, ou seja, perante uma solução o Hospital preferiu esperar. Esperar foi aliás a palavra do dia já que 22 ambulâncias terão ficado retidas no hospital de Loures devido a um atendimento com tempos de espera elevados e à falta de macas. Espera essa fatal para o idoso de 93 anos que acabou por falecer.

O HBA abriu inquérito "com carácter de urgência" para apurar a morte do senhor de 93 anos e a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) decidiu averiguar igualmente, em conjunto com a Entidade Reguladora da Saúde (ERS). Contudo, esta vida é irrecuperável e passadas três semanas nunca mais se voltou a ouvir falar do caso por parte das entidades envolvidas.

O concelho de Loures, como muitos concelhos do Distrito de Lisboa, sofre com o elevado número de utentes sem médico de família, o que leva a que facilmente, e sem resposta por parte dos cuidados de saúde primários, os utentes recorram às urgências hospitalares sobrecarregando-os e levando a situações caóticas de horas intermináveis de espera para atendimento.

Acresce à falta de resposta nos cuidados de saúde primário e êxodo de especialistas que quando o HBA passou de gestão público privada para gestão pública abandonaram o hospital, número esse que tem vindo a aumentar com o passar do tempo. Ou seja, a resposta médica no concelho de Loures é cada vez mais precária.

O Presidente da Câmara Municipal de Loures queixa-se de que o Ministro da Saúde Manuel Pizarro não "honrou o compromisso assumido" e deixou o hospital perder competências e "credibilidade", mas isso não chega. Não podem continuar a morrer pessoas por falta de assistência e de resposta rápidas.

O que mais falta acontecer para que definitivamente as entidades competentes olhem para este problema como uma verdadeira catástrofe?

Fica a pergunta.

**Patrícia Almeida**

**Deputada Municipal, Líder de bancada partido Chega na AM Lrs**

[gab\\_dep\\_chega@cm-loures.pt](mailto:gab_dep_chega@cm-loures.pt)



## A poluição por glifosato ameaça as águas superficiais europeias

### Portugal apresenta a amostra mais contaminada em estudo europeu - A Comissão Europeia quer renovar a autorização de uso do glifosato por mais 15 anos

De Portugal à Polónia, da Bélgica à Bulgária, a água de rios e ribeiras está contaminada com glifosato e o seu resíduo metabolito de degradação AMPA (1). Mesmo fora da época de aplicação de pesticidas, final de outubro, estas substâncias foram detetadas nas águas superficiais em 11 dos 12 países estudados.

Esta é uma descoberta chocante revelada pelo estudo europeu da ONG Pesticide Action Network-PAN Europe, em colaboração com os Verdes Europeus. Esta contaminação, vaticinada há muito pela sociedade civil, constitui uma séria ameaça para a vida aquática, para a qualidade da água potável e para a saúde humana.

O glifosato está em toda a parte: na urina humana, na poeira doméstica, nos solos e nas águas superficiais. Sabe-se que tanto o glifosato, como o AMPA, constituem riscos graves para os ecossistemas aquáticos (2). Glifosato e AMPA em conjunto foram detetados acima de 0,2 µg/L em 17 de 23 amostras (74%). As amostras recolhidas na Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, França, Alemanha, Hungria, Países Baixos, Espanha, Polónia e Portugal estavam contaminadas com pelo menos uma das substâncias.

Considerando que o limite de segurança para o glifosato (sem o AMPA), na água potável, é de 0,1 µg/L, 5 das 23 amostras de água (22%) coletadas na Áustria, Espanha, Polónia e Portugal continham glifosato em concentrações tóxicas para consumo humano. Uma das amostras em Portugal, na bio-região (3) de Idanha-a-Nova, continha 3 µg/L, isto é 30 vezes mais que o limite legal, o que confirma estudos anteriores da Plataforma Transgénicos Fora em Portugal (PTF) que revelaram a contaminação da urina humana na grande maioria das pessoas analisadas (4).

O estudo salienta também a grave lacuna existente na regulamentação de salvaguarda dos nossos recursos hídricos devido à inexistência de um sistema europeu de monitorização das águas superficiais e da falta de valores de referência para o AMPA que, embora seja um produto da degradação do glifosato, é também muito tóxico.

O glifosato tem permanecido no mercado, em possível violação das disposições do Regulamento (CE) 1107/2009, segundo o qual os pesticidas (as substâncias ativas e os adjuvantes dos produtos comerciais) colocados no mercado não devem ter efeitos nocivos nas pessoas, nos animais, ou no ambiente.

Em 2018 a utilização do glifosato foi renovada por apenas 5 anos devido às dúvidas sobre a sua segurança. A autorização terminaria em 2022, mas foi prorrogada, também com a aprovação de Portugal, para recolher provas dos impactos ecotoxicológicos.

Entretanto o corpo de literatura científica independente que associa a exposição ao glifosato a doenças graves e a danos ambientais continua a aumentar. Por exemplo, para além do seu potencial carcinogénico identificado pela OMS/IARC (2015), estudos recentes revelam que o glifosato e os produtos à base de glifosato podem ser nocivos para a saúde humana.

Para além disso o glifosato está implicado na alarmante perda de biodiversidade – 65% em 40 anos, a nível mundial, prevendo-se perder 25% da existente nas próximas décadas. Ciente do problema a Comissão Europeia (CE) propôs a redução de pesticidas (incluindo herbicidas) para 50%, até 2030, na nova

PAC. Os pesticidas têm de ser substituídos por práticas agrícolas capazes de proteger as culturas e os recursos naturais pois, havendo vontade política, tal é realizável.

No entanto, a CE propõe agora renovar a utilização desta substância ativa, com o risco de não haver o adequado debate científico e escrutínio público (6). Prevendo-se que esta proposta seja votada em meados de outubro. As conclusões recentes da própria EFSA (Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos) identifica lacunas (7)

Para mais informação consultar o [comunicado europeu](#) e o [relatório do estudo](#) da Pesticide Action Network-Europe

Fonte: Zero.ONG



## Guerreiros Não Fazem a Paz Mesmo que batam com a mão no peito e a apregoem

À conta de um evento confessional, cuja despesa foi paga por todos nós, em total desrespeito pelo princípio da laicidade do Estado consagrado no n.º 4, do artigo 41.º, da Constituição, vimos e ouvimos de forma reiterada, cidadãos, membros do clero, governantes e até a mais alta figura do Estado a comungar os princípios da Paz e da urgente necessidade de procura dela. São muitos os referenciais de Paz que a História nos assinala. Eventualmente a mais conhecida, será a tríade iluminista saída da Revolução Francesa que evidencia a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, como as pedras angulares dessa nova sociedade tolerante, geradora de oportunidades, universalista, solidária e que só se pode realizar em ambiente de Paz.

Todavia, bastaria ler o decálogo para saber o que é preciso para a Paz. Para começo, bastaria assumir que “Não matarás!” não reconhece exceções. É simples e directo. A verdade é que Guerreiros não fazem a paz, mesmo que se esgatenhem a bater com a mão no peito e incessantemente a apregoem. É... quem quer paz não pense obtê-la por recurso à agressão e à Guerra. Isto serve tanto a russos e seus comparsas, como a ucranianos e seus fornecedores de armas e à ONU que muito pouco tem conseguido para abrir canais de diálogo.

De pouco serviu o ambiente de comunhão e de fraternidade do início de Agosto, quando a praxis de imediato contrariou a dialéctica da forma mais imediata que se poderia cogitar possível.

O Príncipe do Estado Novo parece considerar que o mais alto cargo da Nação afinal serve para o exercício de vendettas quando a sua vontade não é satisfeita. Aquando da recente visita à Ucrânia, contrariando a visão corrente da Política Externa Portuguesa afirmou que sem qualquer margem de dúvidas, para Portugal aquele país tem de integrar a União Europeia e a NATO. Não bastando este invêni que impôs às relações externas lusas, acrescentou que este compromisso era o de Portugal, pois era feito pelo Presidente da República, o primus deste país. Claramente o Senhor Presidente tem de perceber que não é uma espécie de

soberano absolutista, outrossim está obrigado à Constituição e à Lei.

O princípio da interdependência de poderes, previsto no artigo 111.º da Constituição, possui um particular significado no exercício das competências relacionadas com a política externa portuguesa. Se juntarmos isso à função presidencial de garante da unidade do Estado (art.º 120.º, da CRP), percebemos que a cátedra constitucionalista foi esquecida, quiça rasgada. O Poder tem destas coisas, em especial quando não o compreendemos.

Esta postura de “Chefe da Banda”, ou de “Eu sou o Presidente”, tem vindo a evidenciar-se desde o caso Galamba. Desde essa altura que se tem vindo a assistir ao recrudescimento de uma postura conflituosa e obstaculizante no exercício da acção presidencial. Tal estranha-se ainda mais quando ainda há pouco o mel do casamento entre Belém e São Bento chegava a ser excessivo. É um facto que sempre que os Governos são acompanhados de uma maioria absoluta parlamentar há uma tendência para a diminuição da influência e do controlo parlamentar, abrindo-se assim caminho a uma maior visibilidade presidencial. Assim aconteceu com Mário Soares e as maiorias absolutas de Cavaco Silva. Facto é que estando a meio do segundo mandato presidencial só agora é que o actual inquilino provisório de Belém veio assumir esse protagonismo presidencial. E, na óptica deste observador, veio fazê-lo da pior forma, pelos piores motivos.

Ser contrariado não é condição racional nem razoável para passar a ser opositor. Depois deste espectáculo triste de na Ucrânia, unilateralmente, pretender alterar a política externa nacional, vemos ainda a vontade beligerante com o executivo através das políticas de habitação, onde além de vetar politicamente, sem qualquer pedido de verificação sucessiva da constitucionalidade, a Lei que integra o Programa “Mais Habitação”, veio entretanto avisar de que, mesmo sem conhecer, não irá promulgar os diplomas regulamentadores daquela lei de bases. Soa a despotismo! Soa a tambores de Guerra! Soa somente áquilo que

poderia soar, ao grito do guerreiro, que por mais que bata com a mão no peito e apregoe a Paz, só sabe, só procura, só consegue o conflito! Coisas de Príncipe.

O problema no caso da legislação habitacional não é o incumprimento de programa do governo, outrossim o problema é que os portugueses, fruto desta guerrinha, vão ver adiada a resolução deste grave problema.

Numa altura em que devíamos estar a unir esforços no sentido de combater a subida das taxas de juros imposta pela Sr.ª Largarde e pelo BCE vemos o mais alto magistrado a entreter-se a conflitar com o Governo. Valeram de muito as abençoadas hóstias papais...

Aqui chegados, constata-se que nesta reentré reentramos pela porta de saída da anterior sessão legislativa. Tudo na mesma!

Mesmo contra a minha vontade, este Governo foi eleito democraticamente, A cair, que seja por (in)acção própria.

**Paulo Bernardo e Sousa**

**Político**



# HABITAÇÃO ... ter ou não ter, eis a questão

O tema do momento, por presidencial escolha, é a habitação, ou melhor, a falta dela, para quem mais precisa, em Portugal, pese embora o cerne da questão não se confine ao nosso país.

A *habitação*, a *casa*, o *domicílio*, a *morada*, a residência, de um cidadão, é tão importante, que as ordens constitucionais, em Portugal, desde 1822, consagram a sua inviolabilidade, designadamente no seu Artº 5º:

***“a casa de todo o Português é para ele um asilo. Nenhum oficial poderá entrar nela sem ordem escrita da competente Autoridade (...)”***

Princípio, de resto, seguido nos subsequentes textos constitucionais, até hoje, sendo considerado um direito fundamental, sujeito ao regime dos direitos, liberdades e garantias, presente no título I, e consagrado no seu 34º Artº, determinando-se que para se entrar nos domicílios, contra a vontade do seu legítimo detentor, só com mandato judicial, emitido por autoridade judicial competente, ou nos casos previstos na Lei.

Em terras de sua majestade, *Charles III*, onde por caso não existe constituição escrita, e tudo assenta no direito consuetudinário, subsiste um ditado elucidativo, a este propósito, que funciona como regra dogmática:

***“A casa de cada cidadão, é o seu próprio castelo”***

Ora o Castelo, por definição tem na sua essência uma função securitária, o seu fim último, é conferir segurança a quem o habita, contra invasores externos.

Mas também temos, na cultura nipónica, a noção de segurança, associada à morada do cidadão, que designam de:

***“Ba”***

O meu *“ba”* é assim, numa tradução literal o meu *“porto seguro, segurança, tranquilidade”*.

Portanto, seja em que cultura for, o sítio, o espaço que elegemos para nossa *“casa”* é onde encontramos a nossa segurança, a nossa

intimidade, onde desenvolvemos o núcleo da nossa sociedade, a nossa família.

Nos primórdios da humanidade, o espaço *“casa”* não era construído pelo homem, mas sim pela natureza, porquanto os primeiros homínidos encontravam nas **cavernas** e **grutas** naturais, a sua *“casa”*, e aí obtinham, não ainda a privacidade que caracteriza os núcleos familiares, individualizados, de hoje, mas sim abrigo, colectivo, face às intempéries, e às condições ambientais dos elementos naturais (chuva, frio, vento, etc), mas também segurança contra as investidas de outros animais de grande porte. Testemunhos de como esse espaço era tão importante são as pinturas rupestres, quicá, as primeiras *“decorações de interiores”* do planeta, embora a classe científica goste de pensar, que aqueles testemunhos se destinavam aos vindouros.

Deste modo é fácil intuir que a tarefa primordial daqueles homínidos, antes mesmo de caçar, ou pescarem, fosse providenciar uma gruta ou caverna que estivesse em condições de ser *“ocupada”*. Seria uma tarefa sempre em progresso, de terra em terra, consoante as regiões com caça ou pesca, ou frutos, e cursos de água, ou rios.

Muito mais tarde, o homem descobre que lançando sementes ao solo, estas acabavam por germinar e dar fruto. Descobre também que podia manipular as condições de vida dos animais, e criá-los, provendo carne fresca, sem terem de a procurar.

A sedentarização tornou-se uma realidade e isso trouxe novas necessidades em matéria de *“casa”*. Passou a ser necessário construir casas. Inicialmente com materiais precários, pedra, folhas, madeira, cordas, feno e pouco mais.

Mais tarde, disseminou-se a construção em pedra. Nasce um a nova profissão – o pedreiro.

No norte de Portugal uma característica destacou-se: edificações de dois pisos, o piso térreo, destinado a guardar o gado, e que dava pelo nome de *“loja”*, e o piso superior para habitação humana. Uma particularidade destas *“lojas”*, é que aqueciam a habitação do piso superior. O cheiro ... era uma questão de

habituação.

Um pequeno aglomerado de casas formavam os Casais, e um aglomerado de Casais formava uma aldeia ou lugar, e um continuo urbano considerável formava uma cidade.

A construção de habitações era algo da maior importância e já o Código de *Hamurabi*, de 1775 a.c., previa que se uma casa ruísse sobre o seu proprietário o respectivo construtor seria imolado pelo fogo.

Até á revolução industrial do século XIX, a habitação não constituiria um problema maior, porque dada a reduzida dimensão da população mundial era relativamente fácil acomodar as pessoas, ainda que em condições, hoje, consideradas indigentes.

Em Portugal, e durante a idade média, assistimos ao povoamento de muitas regiões, reconquistadas aos mouros, ou não, havendo sempre um pedaço de terra á espera de alguém que o trabalhasse.

Com o fomento da industrialização, também em Portugal, exigindo mão de obra massiva, as terras, a lavoura, a criação de gado, a pastorícia, foram sendo abandonadas em benefício das grandes cidades, que funcionavam como pólos de atracção, e assim Lisboa e Porto, para citar apenas as maiores, engrossaram de gentes e famílias inteiras.

O afluxo de tanta gente gerou um enorme problema habitacional, simplesmente não havia que chegasse para todos. Isto com particular destaque no século XX.

Famílias inteiras acomodadas em quartos, era uma realidade não muito longínqua, nos anos 50, e 60, do século passado em Lisboa.

Portugal tinha índices de crescimento, á volta dos 2% ao ano, mesmo no tempo da guerra colonial, mas soluções para a habitação não existiam.

Um fenómeno espoletou na década de 1970 – um êxodo da capital, para os arrabaldes da cidade, para lugares absolutamente periféricos de Lisboa, como Odivelas e Loures, onde a especulação imobiliária, com terrenos divididos em *“avos”*, cuja utilidade, legal, seria o cultivo, indisponíveis, portanto, para construção de imóveis, pois para isso necessitariam, esse terrenos ser loteados, ou seja, uma divisão territorial em lote.

Um terreno com mais ou menos 300 a 400 metros quadrados, comprava-se por 25, 30 ou 40 contos, sendo á época o ordenado mínimo á volta de 4 contos.

A procura foi enorme, apesar dos magros salários da população, ainda assim, comparando com a actualidade, onde um terreno com as mesmas características custa á volta de 80 mil euros, ou seja na década de 70 do século XX um terreno custava cerca de 10 vezes mais do que o salario mínimo, hoje custa cerca de 10.000 vezes mais o salário mínimo. Havia, então, mais poder de compra que hoje.

Os novos proprietários, nada familiarizados com as questões legais, relativamente ao que podiam ou não podiam fazer com os seus terrenos divididos em avos, arregaçaram as mangas e rapidamente erigiram os muros delimitando as suas propriedades. Isto levou a que começassem a surgir fiscais camarários com autos de multas, por construção não autorizada, que raramente eram pagos pelos infractores.

A primeira vez que ouvi falar em corrupção, foi nesta época, á conta dos fiscais a quem á boca pequena, vários proprietários afiançavam ter *“untado as mãos”* para fazerem vista grossa aos muros. Outros simplesmente rasgavam as multas.

Construído o muro, puseram-se, os proprietários, a abrir poços em busca de água potável. Foi a primeira vez que tive contato com uma nova profissão – o *“vedor”*, aquele senhor que pegava num artefacto similar a uma fisga, dava uns passos pelo terreno e a *“fisga”* virava bruscamente em direcção ao solo, qual íman. Era ali, então o ponto do poço. Dava sempre resultado.

Seguiu-se a concretização de um sonho, que revelava a principal razão da compra do terreno – a construção da vivenda, clandestina pois então.

Foi, na época, a solução para a escassez da oferta na grande cidade, gerando o epifenómeno dos bairros clandestinos, face á anémica posição dos poderes públicos. Sempre que o sector público não resolve são os particulares quem faz alguma coisa, os bairros clandestinos são disso um paradigma exemplar.

A proliferação de bairros clandestinos em todo o concelho de Loures, onde Odivelas pertenciam então, apesar de ter sido uma solução para a escassez da habitação, gerou novas necessidades – a infra-estruturação dos bairros, e esta necessariamente tinha de passar pela batuta pública.

No princípio a câmara de Loures fornecia os

equipamentos e maquinaria, e materiais, e as populações o trabalho braçal, para arranjar as estradas. Posteriormente, tiveram de ser as populações em cada bairro a providenciar as obras a seu encargo.

Então a meta seguinte para os proprietários de bairros clandestinos passou a ser o tão almejado ***“Alvará de Loteamento”***, documento que eliminava a divisão em *“avos”*, passando-a a lotes, e consequentemente a efectiva obtenção da não menos desejada ***“Licença de Utilização”***. O primeiro era um documento colectivo, o segundo era individual. E isto não foi fácil, foi uma travessia no deserto, porque compatibilizar interesses de centenas de proprietários num Alvará de loteamento, era uma tarefa dantesca.

Na nossa terra os dois primeiros Alvarás a serem emitidos e concedidos, foram no **Casal da Silveira e Bairro Novo do Trigache**, por esta ordem respectivamente.

Nas eleições de 1989, ano da criação da freguesia de Famões e Ramada, o tema central da campanha, em especial numa emissão da Rádio Nova Antena, no qual participei, juntamente com o Carlos Simões e o Borges Cardoso, foi precisamente a atribuição de Alvarás de loteamento e as licenças de utilização, e tudo quanto lhe estava associado. Era eu um miúdo, fresquinho nas lides políticas, com muito para aprender.

As regras urbanísticas eram o que eram, na altura, mas a Comunidade Económica Europeia, vulgo CEE, para a qual entrámos em 1986, veio baralhar as coisas, ao impor o planeamento ao nível dos **Planos Directores Municipais** a todos os municípios, sem o que o País não acederia a fundos comunitários.

A problemática dos bairros clandestinos ganhou uma tal dimensão que o legislador teve de intervir, substituindo a terminologia para ***“Bairros de Génese ilegal”*** ou ***“AUGIS”***, criando novas regras urbanísticas especialmente dirigidas a estes bairros, cujas construções, muitas delas, esbarravam com as regras legais, tornando a sua recuperação uma impossibilidade, á luz das mesmas, possibilitando, com o novo quadro jurídico, não só a aceitação de factos consumados, como alguma celeridade processual nas secretarias das câmaras municipais, mas tudo em linha com o Plano Director Municipal.

Lentamente as augis foram conquistando os seus alvarás, a infra-estruturação integral de cada bairro era uma condição *sine-qua-non*, mas o problema agora era a lentidão do município de Loures, e havia até quem chagasse a falar em veto de secretaria á atribuição de Alvarás

de Loteamento, a dezenas de bairros, para desespero dos seus proprietários.

O advento da criação do município de Odivelas, em 1998, gerou uma explosão de atribuições de Alvarás de Loteamento, naquilo que foi a mais imediata consequência da criação do novel município.

Entretanto a melhoria substancial das condições de vida, as migrações, o crescimento populacional, ainda que mitigado, segundo dizem, nestas novas cidades, como Lisboa, Odivelas, Loures, Amadora, etc, e sobretudo as gerações que sucederam as que passaram pela solução dos bairros clandestinos, conhecem, hoje, de novo, a falta de oferta de habitação, não só porque há pouca oferta, mas porque o capital estrangeiro, mais abonado que o português, seca tudo á sua volta.

O que me aflige mais, não é o problema, por incrível que pareça, mas sim os políticos que usam o problema para ganhos políticos de popularidade, é o caso do senhor Presidente da República, que nunca teve de resolver verdadeiramente nada, e do Presidente do PSD que abdicou de ser o líder da oposição, face ao senhor Professor.

**Oliveira Dias, Politólogo**



## Aula Aberta de Canoagem Clube Náutico da Cooperativa “A Sacavenense”

A Câmara Municipal de Loures convida a participar em mais uma “Aula Aberta de Canoagem”, que se realiza no dia 24 de setembro, às 12 horas, nas instalações do Clube Náutico da Cooperativa “A Sacavenense”, na margem direita do rio Trancão.

Os museus de Loures, em parceria com a Direção-Geral do Património Cultural, têm vindo a cumprir, desde o dia 2 de março do ano corrente, uma programação de homenagem ao artista visual Eduardo Nery, com enfoque no legado que deixou, através da sua marcante obra de arte pública.

Neste contexto, e com a colaboração da Cooperativa “A Sacavenense”, através do seu Clube

Náutico, encerramos este ciclo de homenagem com mais uma “Aula Aberta de Canoagem”, que terá lugar no dia 24 de setembro, às 12 horas, junto às instalações do clube, na margem direita do rio Trancão, onde se encontra um painel do artista, que valoriza todo o cenário envolvente. O percurso previsto irá realizar-se no sentido sul, em direção ao rio Tejo e Mouchão da Póvoa, e nele poderá apreciar a recente paisagem renovada nas margens dos dois rios, durante aproximadamente uma hora.

Às 10h30, antes de ter início a atividade, convidamo-lo também a participar num percurso comentado sobre esta zona ribeirinha do rio Trancão, a sua ocupação, história e património edificado.

Para participar, basta inscrever-se até ao dia 20 de setembro, através do endereço de correio eletrónico [se\\_ceramica@cm-loures.pt](mailto:se_ceramica@cm-loures.pt) ou dos telefones 211 151 082 e 211 151 083.

A aula de canoagem é limitada a 15 participantes, incluindo crianças (a partir dos 12 anos de idade), que serão acompanhados por orientadores credenciados da modalidade e elementos seniores do Clube Náutico.

## AULA ABERTA DE CANOAGEM

Percurso comentado sobre a zona  
ribeirinha do rio Trancão

24 setembro > 12:00  
Clube Náutico da Cooperativa

Inscrições até 20 de setembro  
[se\\_ceramica@cm-loures.pt](mailto:se_ceramica@cm-loures.pt) | 211 151 082  
ou 083

Crianças acompanhadas por adultos,  
a partir dos 12 anos de idade

Aula de canoagem limitada a 15 participantes,



## Inaugurado Percurso Ribeirinho de Loures

O Percurso Ribeirinho de Loures foi inaugurado dia 7 de setembro, às 18h00, em Loures, com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro e do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A obra, que representou um investimento do Município de Loures de 13 milhões de euros, tem um percurso pedonal e ciclável, construído sobre palafita, com 6,1 quilómetros de extensão virado para o Estuário do Tejo, entre a via IC2 e os rios Tejo e Trancão.

Além de devolver o acesso ao Tejo à população do concelho de Loures, no que será reforçado com o Parque Verde de Loures, já apresentado publicamente e a construir nos terrenos onde há um mês teve lugar a Jornada Mundial de Juventude, o Percurso Ribeirinho de Loures vai assegurar a continuidade de um sistema de mobilidade sustentável ao longo do rio Tejo, entre Vila Franca de Xira e Lisboa, constituindo uma importante infraestrutura de ligação intraconcelhia e interconcelhia.

O acesso público ao Percurso Ribeirinho de Loures pode fazer-se nos seguintes locais:

- Ponte pedonal que liga o município de Lisboa a Loures junto à foz do Rio Trancão;

- Início do passadiço junto ao rio Trancão e à via de acesso à Rua Beira Rio (esta rua só possui ligação para veículos pelo ramal de ligação do IC2 à EN10, em Santa Iria de Azóia);

- Troço pedonal que liga a estação de comboios de Santa Iria de Azóia e o pontão da BP;

- Ligação ao percurso pedonal da Póvoa de Santa Iria no município de Vila Franca de Xira.

Informação complementar sobre a obra:

- Extensão do percurso: 6.125 metros

- Construído sobre palafita

- Foram cravadas 4.612 estacas de madeira a uma profundidade média de 8 metros

- 96 maciços de travamento que corresponde à cravação de 192 microestacas a uma profundidade média de 25 metros

- Tem 10 pontes ao longo do percurso

- 14 túneis de sombra

- 4 pontes de observação e estadia

- Luminárias autónomas com células fotovoltaicas

- 1.621 árvores

- 41.420 arbustos

Os trabalhos de revestimento vegetal, que incluem a plantação de árvores, arbustos e subarbustos, e ainda a recuperação da área de sapal, serão efetuados no próximo outono/inverno de 2023.





Ficha Técnica Notícias LX - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | [NoticiasLx@sapo.pt](mailto:NoticiasLx@sapo.pt)  
Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Patricia Almeida, José Manuel Graça  
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal  
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>  
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>  
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

[Assinar o Semanário](#)



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

E.Mail Comercial: [NoticiasLx-Pub@Sapo.pt](mailto:NoticiasLx-Pub@Sapo.pt)